



O TRATADO DA ANTÁRTIDA (1959)



TRATADO DA ANTÁRTIDA (1959)

Maria Eduarda Toscani Leal de Souza¹

Arthur Ruschel Langhanz²

Brendda Herok Lenuza³

Mariana de Almeida Falkenbach⁴

Valentina Menegat Meneguzzi⁵

Resumo: Nesta terceira edição da Simulari, o Comitê Histórico do Ensino Médio selecionou o Tratado da Antártida de 1959 como evento da simulação. Durante os dias 23 a 25 de maio, os delegados irão debater sobre o papel deste continente no cenário global do período. Dessa forma, os delegados deverão centrar o debate em como será definida a soberania da região e em quais serão as regras de ocupação do "deserto gelado", levando em consideração alguns pontos centrais: o cenário da Guerra Fria; a corrida armamentista; a possibilidade de desenvolvimento científico; a cooperação internacional etc. Destaca-se que, o Tratado da Antártida de 1959 teve a participação de, apenas, 12 representantes, logo, para fins didáticos, a direção da III Simulari aprovou o subsídio de abranger/integrar nações que se envolveram ou possuíam interesse na região no período, porém ausentes da convenção histórica. Portanto, para o auxílio dos delegados, que foram designados a nações que não estavam presentes no evento, um método que pode ser utilizado na preparação é o estudo das representações e lideranças políticas centrais do país no devido período histórico. Por fim, o comitê tem como objetivo fomentar uma discussão sobre os países que estão nestes embates, e que trazem à tona questões como: A Antártida deve ser utilizada apenas para fins pacíficos? Quem tem "direito" ao território? Deve haver liberdade para pesquisa científica na região? Essas e outras questões, são as que vocês, delegados, terão que refletir, discutir e encontrar uma resolução.

¹ Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: m.toscani001@edu.pucrs.br

² Aluno de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: a.langhanz@edu.pucrs.br

³ Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: Brendda.Lenuza@edu.pucrs.br

⁴ Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: m.falkenbach002@edu.pucrs.br

⁵ Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: v.meneguzzi@edu.pucrs.br



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa da Antártida.....	6
Imagem 2 - Reivindicações territoriais na Antártida.....	16



LISTA DE ABREVIATURAS

AGI - Ano Geofísico Internacional

DC - District of Columbia/ Distrito de Columbia

EUA - Estados Unidos da América

ONU - Organização das Nações Unidas

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



SUMÁRIO

TÓPICOS DE DEBATE.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONTEXTO.....	7
3. DELIMITAÇÃO DA TEMÁTICA E SEUS OBJETIVOS.....	11
3.1. RESOLUÇÕES QUE INFLUENCIAM O TRATADO DA ANTÁRTICA.....	13
4. DELEGAÇÕES.....	18
5. QUESTÕES PARA AUXILIAR NA ESCRITA DO POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES.....	27
REFERÊNCIAS.....	29



continente desde o século XVIII. Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, o protagonismo da região foi crescendo com a presença já conhecida dos britânicos, agora ameaçada pelo repentino desejo alemão pela região. O período pós-guerra, com a ascensão dos EUA e da URSS, marcou uma nova disputa pelo território. O medo internacional de uma nova ameaça nuclear em conjunto ao temor de um confronto direto, fez com que existisse um desejo por um acordo que ceifasse o funcionamento da região e deixasse claro os limites estabelecidos para o uso comum.

Ademais, alguns pontos eram essenciais para os debates e refletiam as propensões dos países com o continente, sendo estes: (1) a necessidade de se firmar uma divisão territorial era vital, visto que alguns países diziam deter soberania sobre parte daquele território, trazendo a tona a possibilidade de reivindicações desses países; (2) a cooperação internacional na região era o anseio de muitos, que viam esse acordo como um “passo” em prol do estabelecimento da paz global; (3) a liberdade de pesquisa científica na região, em um período de grande desenvolvimento científico, e a introdução de novas tecnologias era indispensável, dada a oportunidade de se ter um território com condições geofísicas tão peculiares como um polo de pesquisa; (4) a militarização e a utilização da localidade para testes nucleares era uma preocupação para muitas nações e um anseio de desenvolvimento para outras.

Portanto, o comitê "O Tratado da Antártida (1959)" detém pontos fulcrais para a discussão: (1) os EUA e a URSS, em pleno cenário de Guerra Fria, possuem cada vez mais interesse na região, em termos de desenvolvimento científicos e militares; (2) as mais diversas nações do globo enxergam a região como um pólo essencial para cooperação internacional e o desenvolvimento científico; (3) a divisão do continente é um ponto fulcral para as negociações. Logo, como os representantes vão dialogar? Eles conseguirão acordar uma resolução satisfatória em um momento mundial de polarização? Será “O Tratado da Antártida” uma forma de amenizar a relação entre países do globo?

2. CONTEXTO

As disputas pela Antártida possuem raízes históricas que remontam à sua descoberta, no século XVIII. Nos primórdios da exploração, em 1897, iniciou-se a chamada “Era Heroica”, período da realização de várias expedições ao extremo Pólo Sul, com o objetivo de compreender melhor a dinâmica e as particularidades desse território em termos científico-naturais e geográficos. Diversos países delinearam suas políticas externas para o



continente de acordo com essa iniciativa, como: Bélgica, Alemanha, Suécia, França, Japão, Austrália, e, principalmente, Reino Unido. Assim, não tardou para que tais nações consolidassem suas bases de pesquisa no local e expressassem seus interesses quanto à soberania dessa região (Fuchs, 1983; Sampaio, 2017).

Com o passar dos anos, em meio à II Guerra Mundial, a Antártida ganhou centralidade no contexto internacional. Tal fatalidade exemplifica-se, por exemplo, pelos ataques de submarinos alemães aos navios cargueiros que utilizavam rotas marítimas antárticas. Para além disso, em 1939, como reforço da necessidade de ampliar o espaço vital alemão, foram fncadas bandeiras e tiradas fotografias no continente (Vieira, 2006). A Alemanha tinha como objetivo estabelecer uma base militar na região, e apesar de tal projeto não ter sido completamente efetivado, dita postura fora de grande impacto para os países próximos à Antártida. Que verificaram a facilidade e a agilidade do Estado Alemão em impôr, por vias diretas, sua expansão, tendo em vista que tais medidas facilitaram o acesso alemão aos países sul-americanos e africanos (Aguiar, 2013).

Já em meados das décadas de 40 e 50, sob um cenário fortemente marcado pela bipolarização ideológica dos vitoriosos da II Guerra Mundial - respectivamente, EUA e URSS - a Antártida tornou-se protagonista dos palcos de estratégia desses países, e conseqüentemente, ganhou centralidade nas preocupações que assolavam o contexto das Relações Internacionais. Fez-se urgente, então, a necessidade de garantir a preservação do patrimônio ambiental mundial, distanciando-se da ordem mundial bipolarizada vigente (Loureiro, 2009).

Para mais, apesar de os protagonistas da Guerra Fria não terem disputado em linhas diretas o domínio da área, ambos já haviam demonstrado um latente interesse na região. Tal conjuntura torna-se verificável ao observar que, em 1946, os EUA fizeram a maior expedição já realizada no território antártico. No período em questão, deu-se a Operação *High Jump*, que tinha por objetivo principal treinar tropas e testar equipamentos e técnicas em condições polares para possível utilização neste hemisfério polar. Porém também visava o treinamento para um possível ataque da URSS, bem como uma retomada da política de consolidação de uma futura reivindicação territorial por parte dos Estados Unidos. Nessas condições, a Operação *High Jump* comprovou a superioridade dos EUA na tecnologia para exploração polar (Ferreira, 2009, p. 34), enquanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, para ganhar apoio doméstico em sua política externa, declarou o Dia da Antártica (1º de dezembro), que deveria ser comemorado por toda a população nacional (Fuchs, 1983).



Entretanto, a mentalidade territorialista dos EUA mudou: ao passo que o Estado tomou consciência de que, caso impusesse por vias diretas a própria soberania na região da Antártida, de forma a não reconhecer as demandas e reivindicações das outras nacionalidades que também exploravam o local, perderia, de forma massiva, seu apoio no contexto global. Tal decorrência, por sua vez, enfraqueceria sua política externa e, conseqüentemente, fortaleceria a URSS. Dessa forma, o país mostrou-se favorável e interessado na consolidação de uma jurisdição que promovesse a internacionalização do território, propondo, em 1948, a internacionalização do continente aos países que exploravam significativamente o local (Argentina, Chile e Reino Unido) sob a égide das Nações Unidas, ou sugerindo um condomínio de nações. A proposta de um condomínio de nações implicaria uma reivindicação formal por parte dos Estados Unidos. A qual foi rejeitada pela Argentina e pelo Chile. A proposta de envolvimento das Nações Unidas, por sua vez, foi descartada, a fim de evitar a inclusão da URSS (Ferreira, 2009).

Como resposta a tais movimentos, a URSS exigiu participação na tomada de decisões sobre o território, alegando o papel soviético desempenhado no descobrimento do território da Antártida. Para mais, a União Soviética expôs seu interesse na internacionalização da região, visto que as demandas por espaço interessavam a diferentes nações, e alertou sobre a re-verificação da soberania do território caso esse não caminhasse em direção à internacionalização (Villa, 2004; Azambuja, 1981).

Tal declaração alarmou os EUA, bem como seus países aliados, que desejavam o afastamento Soviético da área, já que, para tais nações, a presença soviética representava perigo e enfraquecimento das suas políticas externas. Nesse contexto, toda discussão entre os países que exploravam a região (aliados aos EUA) referente à possibilidade de um regime internacional para a região convergia para o afastamento da URSS da Antártida. (Ferreira, no prelo). A posição norte-americana para a Antártida teve por embasamento o não reconhecimento de quaisquer reivindicações territoriais na Antártida, mas expressou reserva de direitos quanto à possibilidade de reivindicações futuras - leia-se, estreitamente semelhante à postura da URSS. (Ferreira, 2009).

Nesse contexto, observa-se que a bipolarização que permeava o cenário internacional culminou na emergência de uma ação de caráter decisório a respeito do território polar. Outrossim, em 1956, a internacionalização da Antártida ganhou uma nova perspectiva quando a Índia sugeriu a inclusão da problemática na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas. A nação propôs a utilização pacífica da Antártida, e tal métrica foi motivadora da futura conferência de Washington (1959). (Azambuja, 1981, p. 260). Ainda que a proposta



não tenha sido notoriamente considerada, simbolizou um primeiro passo em direção à jurisdição da internacionalização da área.

Posteriormente, países como a África do Sul e a Nova Zelândia, motivados pela iniciativa indiana, demonstraram interesse em sua internacionalização, sustentando a tese da cooperação internacional livre de injunções militares. (Azambuja, 1981, p. 260). Para mais, tornou-se consensual, no cenário internacional, que o grande e massivo interesse pela internacionalização da Antártida assentava-se na mentalidade de que, caso um único país fosse soberano da região, seria impossível que os demais continuassem a explorar as riquezas naturais do território.

Ademais, os EUA mostraram-se ineficazes na tentativa de solucionar os problemas referentes às reivindicações territoriais na Antártida. Sob esse viés, mudaram a própria estratégia de fortalecer sua presença no local, passando a utilizar a ciência de organizações internacionais. (Villa, 2004, p. 86). Em meio a ditas organizações estava o Conselho Internacional de Uniões Científicas, o qual orquestrou, no período de julho de 1957 a dezembro de 1958, o “Ano Geofísico Internacional (AGI)”. Tal evento fora de enorme significância, tendo mobilizado a comunidade científica de inúmeros países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS), os quais, por sua vez, estabeleceram cinquenta estações de pesquisa na Antártica, totalizando mais de cinco mil pessoas. Ademais, EUA e URSS estabeleceram no local sete bases cada (Ferreira, 2009).

Nesse contexto, fora realizado um acordo a fim de evitar que as atividades científicas servissem de base para futuras reivindicações territoriais. Contudo, ao observar-se a complexidade logística e os altos custos para condução de pesquisas nessa região de clima hostil, o envolvimento governamental tornava-se inevitável, razão pela qual não haveria como evitar que as pesquisas científicas tivessem consequências políticas (Quigg, 1985). Dessa forma, a internacionalização da Antártida recebeu um grande impulso para que fosse, de fato, desenvolvida a ciência, maior motivadora existencial da região sob a perspectiva dos países. No entanto, dita finalidade foi contrária a algumas barreiras no que tange à sua evolução, por consequência da anarquia territorial observada na área.

Em vias de sanar tal problemática e garantir que a Antártida não pertencesse a nenhuma das potências político-econômicas da época (EUA e URSS), em 1958, os EUA enviaram aos outros onze países que estabeleceram estações científicas na Antártida durante o “Ano Geofísico Internacional” uma proposta de realização de uma conferência em



Washington para a criação de um regime internacional para a Antártida (Ferreira, no prelo: 46).

3. DELIMITAÇÃO DA TEMÁTICA E SEUS OBJETIVOS

A região da Antártida apresenta um palco para o imaginário das potências mundiais que encontram lá diversas oportunidades nos setores mais variados, e essa realidade era ainda mais agravada no contexto da Guerra Fria. Por se tratar de um continente sem população nativa, sempre foi alvo de nações que procuravam se estabelecer ali e aproveitar as inúmeras vantagens geográficas e militares. O primeiro caso de reivindicação de soberania a uma parte do território da Antártida foi em 1908 pelo Reino Unido. Depois disso, outros países já levantaram bandeira sobre a grande extensão de gelo, como, por exemplo, em ordem, a Nova Zelândia, a Austrália, a França, a Noruega, a Argentina e o Chile e, portanto, o continente passou a ser explorado por vários países de maneira desordenada (Oliveira, 2020).

Dentre os motivos que podem parecer interessantes aos países soberanos que indicam ter intenções na região, destacam-se os recursos naturais abundantes. Especialmente em 1959, havia uma hipótese de que fosse possível existir tipos de minérios e hidrocarbonetos que contribuíram em grande escala com os estudos da época e ajudariam nas corridas armamentistas e espaciais. Contudo, não havia pesquisas sistemáticas que pudessem mensurar com precisão a extensão de tais ocorrências e a viabilidade técnica e econômica para exploração (Santos, 2016). Mesmo assim, a ideia era promissora, e, juntamente com os outros instrumentos ambientais que já eram provados existir no continente de gelo, as nações tinham o objetivo de conseguir posse oficial sobre a Antártida, ou parte dela.

Os Estados Unidos, com o medo típico de serem deixados para trás, iniciaram seu interesse na Antártida anexando o continente como área estratégica americana a partir do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), porém, nunca reivindicaram soberania sobre nenhuma parte do continente e nem demonstraram intenção de fazê-lo (Luedtke; Howkins, 2012). Essa pode ter sido uma arma estratégica para manifestar pacificidade, um dos principais objetivos dos Estados Unidos nos acordos referentes à Antártida, e também para se posicionar contrariamente aos interesses da União Soviética que buscava militarizar a região.

Nesse contexto, a União Soviética encontrava-se em um cenário complicado, sendo o único país do Oriente que se mostrava ativo em reivindicações territoriais, precisava de uma postura mais objetiva e forte. Por isso, demonstrava grande interesse na militarização da



Antártida, porém articulava todas as suas ações de modo bastante cauteloso, principalmente porque qualquer ato ofensivo poderia resultar em grande retaliação do bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos (Oliveira, 2020). O país crescia a sua reputação, principalmente pela partida na corrida armamentista com o lançamento do satélite *Sputnik*, e, assim, a URSS contribuiu de modo significativo para a expansão da região. O suporte logístico era provido por fábricas soviéticas e os programas científicos eram executados por várias instituições de pesquisa (Nobrica, 2018).

Portanto, existem quatro tópicos principais que necessitam ser debatidos e, posteriormente, resolvidos nesse comitê, sendo eles (1) a questão da nova organização territorial e divisão do continente, preferencialmente de modo que todos saiam razoavelmente satisfeitos com as mudanças decididas e as novas reivindicações soberanas sobre a Antártida. Aqui abre-se espaço para que sejam definidos os países que terão posse sobre a região e os países que poderão utilizar do território. Além disso, discordâncias referentes à já utilização da Antártida e como se dará esse novo acordo, assim como a existência de regras e convenções que determinem o que pode ou não ser realizado no território.

Em segundo lugar, (2) a utilização pacífica da Antártida para quaisquer fins a partir de cooperação internacional dos países constituintes do comitê, com o objetivo de que a situação da Guerra Fria, ou qualquer outro conflito internacional, não se estenda para o continente e gere mais hostilidades durante um momento delicado. A pacificidade é de interesse de alguns países presentes no comitê, entretanto, nem todos compartilham dessa visão. Sendo os Estados Unidos o país com o maior discurso de medidas de paz na Antártida, pode-se observar quais países se juntam nesse ideal e quais países escolhem uma posição contrária, assim como aqueles que resolvem permanecer neutros. Equipamentos militares poderão ser utilizados? Como se dá a garantia da utilização pacífica? Essas e outras questões conseguirão ser abordadas durante a resolução.

Ademais, (3) a oportunidade de liberdade de pesquisa científica, que pode beneficiar a humanidade em sua totalidade, levando em consideração os riscos existentes para tais liberdades. Devido ao caráter histórico da utilização da Antártida como meio de pesquisa científica e contribuição em várias áreas do conhecimento, principalmente nas questões climáticas, deve-se levar em conta que existem bases estabelecidas por alguns países no território da Antártida, por isso durante o comitê é interessante que sejam consideradas e ajustadas às novas regras estabelecidas. Portanto, abre a discussão sobre acesso livre à informação de tais pesquisas, de que forma podem ser executadas e que indivíduos são



permitidos no território. Aqui pode-se entender e acordar sobre as questões ambientais, burocráticas, lucrativas e de compartilhamento de informações.

E, finalmente, (4) a resolução de problemáticas envolvendo a militarização da região, com destaque para as experimentações de testes nucleares dentro do território da Antártida. Por se tratar de uma região inabitada e com condições climáticas extremas, o continente se tornava o alvo ideal para experimentos nucleares, um dos principais pontos de receio da Guerra Fria. Observando as ações realizadas no Ártico, entende-se que a Antártida pode virar o novo alvo de testes e de hostilidade nuclear. Aqui deve ser estabelecido que tipo de exercício militar pode ser realizado, se serão banidos todos os tipos de ato militar ou se pesquisas serão aceitas. Pode existir um exército na Antártida? O país que estabelecer soberania na região terá a possibilidade de utilizar o continente como arma e agregar à força armada da sua nação? O que seria justo, em termos de utilização militar?

Devido ao caráter delicado da época da Guerra Fria, a prática de testes nucleares pode gerar alarde e medo na população, mesmo que tal feito seja apenas por ameaças. Apenas a possibilidade de ocorrer um desenvolvimento maior ainda da força nuclear já é suficiente para aterrorizar os civis que viviam durante esse período, sobretudo por causa da recente explosão em Hiroshima e Nagasaki articulada pelos Estados Unidos.

Sendo assim, os membros do comitê devem refletir sobre essas problemáticas que cercam a região da Antártida a fim de decidirem o futuro do continente. Deve-se encontrar soluções para a nova organização territorial e divisão do continente, utilização pacífica da Antártida, liberdade de pesquisa científica e a militarização da região com enfoque em testes nucleares.

3.1. RESOLUÇÕES QUE INFLUENCIAM O TRATADO DA ANTÁRTICA

Aproximadamente, no final do século XIX, a Antártida foi palco e objeto de diversas explorações, especialmente pelo Império Britânico. Suas águas passaram a servir para a caça e pesca comercial de baleias e focas, especialmente pela Argentina. No interior do continente, as explorações passaram a ocorrer no século XX, através de expedições francesas, britânicas, estadunidenses e russas. O conhecimento acerca da região era pouco vasto, até o século XIX, no qual as expedições passaram a dar luz ao território, denominado "período heróico" da exploração do continente. No ano de 1908, os britânicos declararam sob sua soberania as ilhas referentes aos territórios Malvinos e o território antártico adjacente; neste raio, enquadram-se os territórios da Península Antártica e as ilhas Orcadas do Sul, Geórgias do

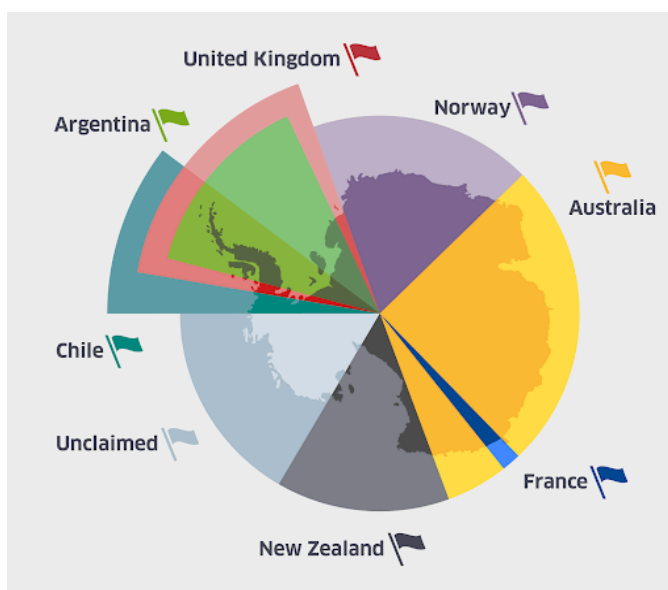


Sul, Shetland do Sul e Sandwich do Sul. Algo que alimentou o posicionamento britânico na região foi o encampamento de ilhas e territórios antárticos, confrontando a Austrália em uma área que denominou-se "Ross Dependency". Acordos de 1923 e 1933 foram responsáveis pela transferência da jurisdição sobre esse território à Nova Zelândia e à Austrália.

As décadas de 1920 e 1930 foram responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento na região, especialmente no que tange a inovações nos meios de transporte e, sobretudo, à uma luta por influência. O contexto prévio ao Sistema do Tratado Antártico se baseou na tentativa de grandes potências levarem à região sua lógica expansionista e, sobretudo, colonial; sendo uma tentativa de explicar (sob suas óticas) a necessidade - ou ambição - para a criação de bases e estações em territórios antárticos. Nesse período, inaugurou-se a fase de reivindicações; na primeira metade do século XX, realizaram-se as primeiras tentativas de ocupação e domínio do território antártico, visto um desenvolvimento da indústria baleeira britânica e de exploração no Atlântico Sul, pelo mesmo Império. Com isso, o Reino Unido reivindicou, através das Cartas de Patente de 1908 (e revisão de 1917) a soberania do que denominava-se Dependências das Ilhas Malvinas, a fim de regular a caça de baleias e, somado a isso, pela Ordem do Conselho de 20 de julho de 1923, estabeleceu a Dependência de Ross, incumbindo a Nova Zelândia à administrá-la. Bem como o Território Antártico Australiano, criado pela Ordem do Conselho de 7 de fevereiro de 1933.

Neste ciclo histórico (1908-1940), marcou-se a tentativa de uma hegemonia territorial britânica no Continente Antártico, sob a ideia de supostamente possuírem experiência e recursos para a gestão do local. Entretanto, é necessário pontuar que não era a Grã-Bretanha o único país visando a hegemonia no local, como outros países do Hemisfério Norte e Sul.

Inspirados na coroa britânica, países como a França (1924 declarou jurisdição sobre a "Terra Adélia", junto às ilhas de Bouvet, Crozet e Marion e ao arquipélago Kerguelen), Argentina, Chile, Austrália, Nova Zelândia e a Noruega (1939, a fim de evitar um avanço alemão - nazista - à "Queen Mau Land") declararam a posse de territórios na península. No que diz respeito à terceira onda imperialista no continente, inicia-se com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos como uma superpotência e, assim, finalizando a fase de reivindicações e iniciando o período de negociações.

Imagem 2 - Reivindicações territoriais na Antártida

Fonte: Discovering Antarctica. Disponível em: <https://discoveringantarctica.org.uk/how-is-antarctica-governed/the-antarctic-treaty/making-claims/> Acesso em: 29 de março de 2024.

Após o fim da Segunda Grande Guerra, se ressaltou a relevância estratégica do Oceano Glacial Antártico enquanto um contraponto de outros três: Pacífico, Atlântico e Índico. Ainda, três fatores tencionaram a região. Sobre um primeiro viés, a superposição das reclamações chilenas e argentinas, que, por uma questão de herança territorial, demandavam a região (na qualidade de legatários do espólio da América espanhola no Sul). Por outro lado, uma bipolaridade de interesses, no que tangia à Guerra Fria, pelos Estados Unidos e a União Soviética, visando um controle sobre a região dentro da zona de segurança estabelecida pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947. Por fim, a necessidade das potências e dos demais Estados de assegurar uma livre circulação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Com isso, a ciência passa a ser tema político (outra vez) para produzir uma distensão. As negociações buscavam solucionar um problema geoestratégico, sob um contexto de Guerra Fria, para evitar que a Antártida virasse um campo de batalha, ou, de modo pessimista, uma plataforma de mísseis nucleares. Ainda sobre este contexto, divergências entre Estados com reivindicações de posses ocorreram, com a principal delas sendo Grã-Bretanha contra Argentina e Chile, visando a soberania da Península Antártica e áreas próximas. A Grã-Bretanha tentou levar o tensionamento à Corte Internacional, mas um



dos mais relevantes pontos a impulsionar uma solução global foi em 1947, com a inclusão do continente como uma área estratégica americana pelo Tiar⁶.

A primeira tentativa de uma elaboração de um estatuto internacional para a Antártica ocorreu em 1948 (sob um contexto de 1 ano de assinatura do Tiar e, sobretudo, sob a ocorrência de "farpas" armadas entre os países reivindicantes); os EUA convidaram a Argentina, Austrália, Chile, França, Grã-Bretanha, Noruega e Nova Zelândia para elaborar a questão visando uma internacionalização do continente, entretanto, não obteve êxito. Em 1956, a Índia propôs a inclusão de um item na XI Sessão da Assembleia Geral da ONU: "A utilização pacífica da Antártida". Tal atitude demonstra uma certa preocupação por membros da comunidade internacional para o fim do militarismo - ou militarização - da região. O resultado foi que a organização do Ano Geofísico Internacional de 1957-1958, sob uma ótica política, seria a instância pela qual os ânimos se acalmariam e, assim, criaria-se um ambiente propício para um acordo útil às partes em conflito. No AGI, cientistas de diversos países elegeram a região como o berço para a realização de pesquisas em diversas áreas da ciência, que impulsionaram fortemente o conhecimento sobre o continente e, defendendo que a cooperação internacional deveria perdurar, os diplomatas envolvidos decidiram o momento como propício para negociar um acordo oficial para a região. O ano foi relevante pois, além do desenvolvimento de diversos conhecimentos sobre o local, chamou atenção dos Estados à importância de um documento que preservasse o território para a paz, para a ciência e para a cooperação internacional. Ainda, foi relevante para o Direito Internacional, visto que permeou um cenário bipolar e tensionado de Guerra Fria e, sobretudo, por ser a primeira iniciativa de colocar em pauta um continente de modo inteiriço como espaço global que vise a preservação do ecossistema e como zona desnuclearizada.

A retórica anticolonial estadunidense pautou as discussões e marcou o momento, com uma expansão do Império informal, ao influenciarem ordenamentos jurídicos domésticos e conjunturas de outros Estados, sob a ótica do Direito Internacional alinhado ao seu interesse nacional. Ao contrário do modelo de atitude de outros países de aderir regiões antárticas para si, os Estados Unidos adotaram uma estratégia distinta. Optaram por buscar uma solução pautada no Direito Internacional, focando na promoção da pesquisa científica universalista. Em 1948, o "National Security Council" definiu a política dos EUA frente à Antártida, nos seguintes termos: (a) "Antarctica shall be used for peaceful purposes only and shall not

⁶ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Tratado de defesa mútua, que entrou em vigor em 1948, cujo principal objetivo é que um ataque contra um dos membros seja considerado um ataque contra os demais, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica".



constitute a source of international discord; (b) U.S. rights and interests throughout Antarctica must be protected; (c) Freedom of exploration and scientific research should be guaranteed; (d) there should be free access to develop natural resources; (e) activities in Antarctica should be guided by established non preferential rules; and (f) sound orderly administration of the area should be established".⁷

Um marco contextual foi a construção de uma base americana no Polo Sul (Estação McMurdo) em 16 de fevereiro de 1956, na península Hut Point. Ainda assim, não se absteve do incentivo à opinião pública, aos meios de comunicação e a comunidade internacional para o domínio territorial em solo antártico; no discurso oficial, valorizava a cooperação e o progresso científico na região, mesmo que reiterasse à população indiretamente que promovesse incentivo à ocupação local. Uma de suas ações a fim de consolidar essa estratégia foi o patrocínio à Fórmula de Escudero, promovendo a cooperação científica internacional no Polo Sul, a fim de delinear o regime antártico alinhado ao interesse nacional dos EUA. Com isso, asseguraram à potência livre circulação no continente e, somado a isso, de modo pacífico, foi dada a vazão à presença intensa dos EUA no local, de modo que se tivesse maior cautela para o caso de um retorno da polêmica dos reclamantes.

No que tange à União Soviética, na década de 50 adotou uma postura semelhante a dos Estados Unidos, valorizando que o pretexto de existir uma presença humana no continente se relacionasse à investigação científica, além do propósito de assegurar uma ampla mobilidade e influência polares e, também, não reconheceu a validade das prévias reivindicações territoriais.

O desenvolvimento do Tratado Antártico foi facilitado pelos seguintes fatores (Dodds, 2012, p. 99-106): (a) convergência norte-americana e soviética no que tange à comunidade científica de Geofísica propor em 1950 o Novo Ano Polar Internacional em 1957 e 1958; (b) dados inéditos e em quantidades expressivas sobre a Antártida de 1957 a 1958 durante (e por tal motivo) aquele Ano Polar Internacional; (c) o argumento dos países não reivindicantes em favor da prioridade científica no Ano Polar Internacional, colocando um interesse humanitário; (d) Argentina e Austrália sob preocupação da realização de atividades submarinas e testes nucleares no Oceano Austral; (e) uma ascensão política de países com baixa relevância, como a Bélgica e a Noruega, ao participarem do processo decisório; (f)

⁷ Tradução livre para o português BR: (a) "A Antártica deve ser utilizada apenas para propósitos pacíficos e não deve constituir uma fonte de discórdia internacional; (b) os direitos e interesses dos EUA, perante a Antártica deve ser protegidos; (c) Liberdade para exploração e para a pesquisa científica devem ser garantidas; (d) deve haver livre acesso para o desenvolvimento dos recursos naturais; (e) atividades na Antártica devem ser guiadas por regras estabelecidas e não preferenciais; e (f) uma administração sólida e ordenada da área deve ser estabelecida"



escassez de recursos financeiros e logísticos ao Reino Unido pós Segunda Guerra, para manter um programa competitivo em face dos programas análogos da Argentina e Chile (custo-benefício), visto que ambos reforçaram a ideia de direitos territoriais de origem histórica; (g) a política externa britânica, sobre o foco de, além de se recuperar pós-guerra, priorizar a cooperação com os EUA em áreas complexas da geopolítica da Guerra Fria e em criar alternativas para perpetuar a sua influência em locais onde sua presença colonial havia sido robusta, mas que já estava em declínio, como o Caribe anglófono e o Continente Africano.

4. DELEGAÇÕES

O comitê histórico envolve a retomada de um acontecimento marcante para a história mundial, propondo novas perspectivas para os eventos previamente ocorridos. É permitido, portanto, que os delegados de cada país assumam as posições que desejarem, tendo liberdade para alterarem seus pontos de vista com o intuito de fomentar tomadas de decisão, aumentar a fluidez do debate e lidar com os problemas passados por meio de uma lente atual.

No entanto, levando em conta o caráter geopolítico da reunião, é de suma importância que qualquer mudança de perspectiva seja, impreterivelmente, condizente com os padrões de posicionamento, política externa e atuação internacional do país representado. Dessa forma, a Mesa encoraja que as informações contidas neste Guia sejam também levadas em conta pelos delegados aos se apresentarem na conferência, visando um debate respeitoso, coerente e produtivo para todas as partes envolvidas.

Canadá

Devido às proximidades geográficas, muitos dos interesses do **Canadá** pelas regiões polares se concentram no Ártico, envolvendo questões de soberania por parte do país. Em relação ao Polo Sul, o Canadá adquiriu um posicionamento forte no debate estimulado pelo lado francês do país, já que a República Francesa declarou seu interesse por soberania sobre o território gelado em oposição às declarações de mesmo porte realizadas pela Austrália, nos anos 20. Os interesses canadenses na Antártida são, no fim das contas, uma extensão de suas políticas aplicadas ao Ártico: fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e o estudo científico (Beck, 1995). Por fim, é interessante ressaltar que o país possui uma tecnologia polar (barcos quebra-gelo, equipamentos, aviões) bastante desenvolvida devido, novamente, às suas



expedições pelo continente ártico, o que garante sua relevância dentro do proposto debate. O primeiro-ministro atual do país é o conservador John Diefenbaker.

Comunidade da Austrália

A **Comunidade da Austrália**, juntamente com a Nova Zelândia, se alinha com as demandas territoriais do Reino Unido, dado a sua história de colonização e por fazerem parte da chamada Commonwealth Britânica. Assim, os australianos declaram soberania sobre quase 6 milhões de km² do território Antártico, se embasando no argumento do supercontinente pré-histórico de Gondwana, a qual o país fazia parte ao lado da Antártica, justificando sua soberania por meio de fatos geográficos e geológicos (Hodgson-Johnston, 2015). Dessa forma, chefiado pelo primeiro-ministro Robert Menzies, o país mantém uma posição afincada acerca dos seus interesses territoriais na Península, mas, ao mesmo tempo, advoga por incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento da região.

Estados Unidos da América

Os **Estados Unidos da América** são, talvez, o país mais engajado na temática polar, percorrendo diversos pontos de interesse e de ação da política externa do país. Em um contexto geral, os EUA apoiam um continente internacional em prol da pesquisa científica, mas se atentam em expor o desejo por uma regulamentação que permita a exploração “sustentável” de minerais (em especial, o petróleo) e por uma pacificação e patrulhamento dos oceanos ao redor da Península que garantam a internacionalidade do continente (Colson, 1986). Assim, orientado pelo presidente Dwight D. Eisenhower, o beligerante entra no debate encorajando a oficialização da Antártida como zona internacional neutra, sem divisões de territórios e que promova a pesquisa e a iniciativa científica acima de tudo.

Japão

O **Japão**, assim como diversos outros países, teve suas primeiras expedições nacionais à Antártida no início dos anos 1900, desenvolvendo exponencialmente a atividade científica e exploratória dentro do continente. Em contrapartida, a ação do país envolve, principalmente, a pesca de baleias, questão bastante delicada internacionalmente; de um lado, existe a cultura japonesa do consumo da carne desses animais e, de outro, o fato de muitas das espécies abatidas estarem em ameaça de extinção. A prática é fortemente criticada por países como Austrália e Nova Zelândia, enquanto para outros é parte constituinte da economia interna, como Noruega e Islândia (Aguiar; Filho, 2011). Em suma, sob liderança do imperador ultranacionalista Hirohito, o Japão apoia uma cooperação científica internacional



com a inserção dos países asiáticos no território gelado, mas também mantém sua posição forte acerca da questão da pesca baleeira.

Nova Zelândia

A **Nova Zelândia** seja, talvez, um dos países que demonstra seus interesses na Antártida com mais afinco. A conexão entre os dois data a época da Gondwana, supercontinente que unia a Nova Zelândia, a Austrália e a Antártida; colocando o país dentro do grupo dos territorialistas, ou seja, aqueles que declaram a soberania sob a Antártida embasado em argumentos geográficos e geológicos. O território reclamado pela NZ, a chamada *Dependência de Ross*, é uma zona com cerca de 450.000m² e foi cedida à Nova Zelândia pelo Reino Unido em 1923, dada a relação entre os países advinda da Commonwealth Britânica. Assim, tendo construído sua primeira base de pesquisa, a Base Scott, em 1957, a NZ, sob liderança do primeiro-ministro Walter Nash, adentra o debate com um forte posicionamento a respeito de sua soberania no território.

Reino da Bélgica

Dentro do continente europeu, a **Bélgica** aparece como um dos países mais proeminentes nas discussões acerca da Antártida, tendo recém inaugurado sua base científica King Baudouin no final de 1958, resultado das diversas missões exploratórias do pesquisador belga Adrien de Gerlache ao longo do último século. Nesse sentido, o robusto programa científico belga se apresenta como um ator diplomático essencial para a inserção científica internacional no território da Antártida (Van Autenboer, 2000), garantindo à Bélgica, atualmente liderada pelo Rei Balduíno I, um papel importante na ação europeia na Península.

Reino da Noruega

Desde os anos 1800, a ação da **Noruega** na Antártida permeia, majoritariamente, sobre a questão da pesca em larga escala de baleias, atividade tão significativa para a economia norueguesa que consagrou o país, ao lado do Japão, como gigante dessa indústria; sendo esse tópico central para o país no debate (Rognhaug, 2014). Não obstante, após missões científicas pela Antártida em conjunto da Bélgica, Suécia, Inglaterra e outros, os noruegueses passaram a manifestar sua vontade de soberania sobre a Península, levando à anexação, em 1939, do território apelidado de *Queen Maud Land*, ação que visava garantir a continuidade da atividade de pesca baleeira norueguesa, que se sentiu ameaçada com as crescentes reclamações de soberania da Antártida por outros países. A decisão foi acatada por uma grande maioria de nações, apesar da Alemanha, Estados Unidos, Chile e a URSS



apresentarem incisivas críticas. Em suma, dentro da discussão, a Noruega, sob a monarquia do rei Olavo V, deixa claro seu interesse por um “pedaço” Antártida e pela manutenção da indústria mundial baleeira.

Reino da Suécia

A agenda política da **Suécia** acerca da Antártida é bastante similar à aplicada no Ártico, região de igual interesse do país, com seus tópicos envolvendo as questões climáticas, incentivo à pesquisas e o desenvolvimento da região. Esses ideais se comprovam com as diversas missões científicas no território gelado realizadas pelos suecos em colaboração com outras nações ao longo das últimas décadas, em especial as organizadas com os britânicos e com seus vizinhos nórdicos (Dinamarca, Finlândia e, especialmente, Noruega); embora tais iniciativas não excluam o interesse do país nas reservas minerais da Antártida, posto que grande parte da economia sueca gira em torno da exploração do ferro. Ademais, apesar de uma cooperação forte com a URSS no último século com a troca e compartilhamento de importantes pesquisas acerca do Ártico (Sorlin, 2016), o governo do primeiro-ministro Tage Erlander encara a questão da Antártida como, talvez, o ponto de partida para a cooperação diplomática entre os países da Europa Nórdica.

Reino dos Países Baixos

O foco de atenção dos **Países Baixos** reside, basicamente, nos planos e projetos da comunidade internacional acerca das questões climáticas dentro do continente da Antártica, em especial os que abordam o derretimento das calotas polares. Com quase $\frac{1}{3}$ do seu território abaixo do nível do mar, o país é particularmente vulnerável a quaisquer avanços do derretimento de geleiras e aumentos do aquecimento global (Haasnoot *et al*, 2020). Assim, sob a monarquia da Rainha Juliana, os Países Baixos adentram o debate com um posicionamento de incentivo às pesquisas científicas no local que englobam as questões climáticas e de estímulo à cooperação internacional nesse mesmo sentido, sem clamar soberania sobre o território.

Reino Unido

O Reino Unido com uma aliança política internacional assentada pela Commonwealth Britânica, adentra o debate como um forte contingente e expoente dos interesses mundiais na Antártida. O contato do RU com a região se dá desde a época colonial, quando a monarquia declarou soberania sobre diversas pequenas ilhas ao entorno da Antártica, bem como a posse



de um território mais ao norte, as Ilhas Falkland, o que acarretou em um histórico conflito geopolítico com a Argentina, estendendo, invariavelmente, a relação delicada entre as nações até a questão da própria Antártida (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). O Reino Unido, ademais, põe em pauta o debate acerca da regulamentação do uso das rotas marítimas antárticas, alvo de intenso interesse econômico do país, e da utilização da Península como sítio internacional de cooperação científica. A Rainha Elizabeth II é a atual chefe de Estado do país, ao lado do primeiro-ministro, Harold Macmillan, como chefe de governo.

República da Argentina

A **República da Argentina**, juntamente ao Chile, foi um dos primeiros países sul-americanos a demonstrar interesse na Antártida, sendo a nação responsável por construir a primeira base de pesquisa da região, a Base Orcadas, em 1904. Defendendo a divisão do território, o país assume uma posição bastante nacionalista de integração das terras antárticas às suas fronteiras, sendo essa embasada em dois principais argumentos: o da continuidade e o da contiguidade (Simões, 2016). O primeiro diz respeito ao fato da Cordilheira dos Andes se estender até dentro da Península Antártica, dando a Argentina, e também ao seu vizinho Chile, um contundente fator geológico e geográfico para a sua soberania na área; e o segundo encara que a sua proximidade com o continente gelado (cerca de 900 km) também garantiria à Argentina soberania sobre tal. Além disso, é importante mencionar que a Argentina passa por um período de latente reestruturação sociopolítica após um golpe de Estado, deixando o governo sob a prematura direção do líder Arturo Frondizi.

República da Bulgária

Dentro da Península dos Bálcãs, a **República da Bulgária** aparece como o país mais promissor dos interesses da região na Antártida, apesar de não ter realizado nenhuma expedição oficial ou construído alguma base de pesquisa permanente. Dessa forma, assemelhando-se à nações mais proponentes, como China e Índia, que não possuem um histórico de contribuições para os estudos polares, os búlgaros procuram estabelecer sua relevância global e presença na Antártida por meio da promoção de uma região internacional e de cooperação científica (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). Por fim, é importante mencionar que, sob a ordem de Georgi Kulishev, a Bulgária atravessa um regime socialista, tendo fortes alianças ideológicas com a URSS.



República da Coreia

Os interesses da **Coreia do Sul** na Antártica giram em torno do incentivo à pesquisa e também à atividade pesqueira, forte fator da economia do país, mas de menor escala em comparação a outros países, como Noruega e Japão. Politicamente, o país se encontra em uma situação delicada após a Guerra das Coreias, ocorrida no início dos anos 50; assim, a Coreia do Sul, sob liderança do presidente Syngman Rhee, aparece com uma promissora nação para a exploração da Antártida nas próximas décadas.

República da Índia

A **República da Índia**, ao lado da China, é representante da inserção da Ásia nas discussões acerca da Antártida, mesmo que a declaração do interesse indiano pela zona devido as suas potencialidades minerais e científicas tenha levantado críticas por parte da Commonwealth Britânica (Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, em específico), o país se mantém firme. Dentro da agenda política, a questão atômica é bastante cara à Índia, pondo o país como contrário à extração de minerais atômicos presentes na península e à iniciativa de transformar a Antártida em um sítio de testes nucleares (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). Sem ter realizado nenhuma expedição oficial ao território, a Índia, liderada pelo primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, toma uma posição ambientalista, promovendo uma cooperação internacional dentro do território em prol do avanço dos estudos climáticos, sem reclamar nenhuma soberania delimitada no continente. Sendo importante pontuar que os indianos em 1956 e 1958 tentaram inserir a pauta da Antártica na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas ambas tentativas foram impedidas pelo Chile e Argentina com apoio de outras nações ditas "territorialistas".

República da Polônia

A relação da **Polônia** com os polos teve início nos anos 30, como assinante do Tratado de Svalbard, elaborado pela Noruega, que, além de ratificar a soberania norueguesa no Ártico, garantia aos signatários garantia para explorar e pesquisar o território. Assim, à parte do intuito científico, o país tem bastante interesse na atividade pesqueira pela Antártica, já que a coleta de *krill* (crustáceos da família do camarão), além de incentivar programas de controle climático aplicados à região (Graczyk, 2012). O primeiro-ministro atual é o líder socialista Antoni Pająk.

República da Turquia



A **Turquia** se apresenta como uma nação ativista da expansão e internacionalização da pesquisa científica na Antártida, se juntando à lista de países que têm interesse em compor bases nacionais na região, já que, alinhadamente ao seu padrão de *status-seeking*, a construção de uma base científica turca no continente representaria, para o país, uma porta de entrada para uma maior relevância política e diplomática dentro do cenário mundial. A ação fortaleceria, especificamente, suas relações com os países ocidentais e membros da OTAN, organização em que o país é recém ingressado. (Belgic, 2022). Em contrapartida, a Turquia também tenta expandir suas alianças com o Oriente Médio e a África, colocando pautas humanitárias e anti-coloniais em sua agenda, bem como se definindo como um país “Afro-Eurásio” (Belgic, 2022). Em suma, a Turquia, sob liderança do presidente Celal Bayar, intenta sua predominância internacional por meio da inserção científica e geopolítica.

República Federativa do Brasil

No final do século XIX, a **República Federativa do Brasil** avançava em suas primeiras explorações do território gelado, mas foi só perto dos anos 1940 que o país adotou um posicionamento territorialista e passou a reivindicar uma parte do continente. No entanto, após atritos com outros países latino-americanos, principalmente a Argentina, o Brasil atualmente apoia uma Antártica internacional e sem soberania, com incentivo à pesquisas científicas e estudos geográficos; embora isso não elimine a atenção brasileira aos aspectos econômicos e estratégicos da região, posto que a principal rota existente para a Antártica perpassa o Oceano Atlântico Sul, área em que o Brasil possui maior extensão costeira. Na esfera política, em 1959, o Brasil adentra uma era de forte nacionalismo, vetorizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek e seu famigerado lema de “50 anos em 5”. Assim, o país adentra o debate com um forte interesse em ações que possam estimular ainda mais o seu desenvolvimento interno e avanço científico, sendo, também, um dos representantes mais importantes na inserção da América do Sul dentro do território Antártico.

República Federal da Alemanha

No início do século XX, período heróico das expedições polares, ocorreu a expedição alemã Gauss uma das primeiras com um viés verdadeiramente científico, liderada pelo geofísico Erich von Drygalski e estruturada em concomitância com um programa internacional de observações geofísica aderido por intelectuais alemães, britânicos e escandinavos (Hempel, 1992). Ademais, na Segunda Guerra, em 1939, no contexto de expansão do “espaço vital” alemão, ocorreram expedições militares para o continente gelado,



em que foram içadas bandeiras e símbolos da nação para ceifar sua presença no território. Após o fim da 2ª Guerra, a nação alemã se tornou dois Estados divididos em Ocidente e Oriente, assim o comitê optou pela inserção da **República Federal da Alemanha** (Alemanha Ocidental) que está sob presidência do recém eleito Heinrich Lübke. “A Alemanha não é mais um perigo para nós”, frase dita pelo presidente francês De Gaulle ao anunciar sua nova relação com a nação germânica que passava por um momento de reinserção internacional.

República Francesa

A França possui uma “influência” precoce na Antártida, pois em 1840 o comandante francês Jules Dumont D'Urville descobre um pequeno território que irá batizar de Adélia Land (uma homenagem a sua esposa), todavia este pedaço de terra fazia parte do solo antártico e esta descoberta faz com que a França reivindique para si este território. Porém, em 1924 a França declara oficialmente posse sobre esta área, devido ao repentino interesse dos australianos, que amedrontou os franceses, perante a possibilidade que estes reivindicassem para si a tutela da região. Mas, os limites só foram estabelecidos de forma concreta em 1938. No período do presente debate, a **República Francesa** passava por uma reestruturação política com o início da 5ª República, comandada pelo General de Gaulle, que buscava a concretização da estabilidade política no país. Em termos internacionais, os franceses viviam o começo de um bom momento econômico que corroborava para uma consolidação diplomática, além de um repentino interesse por armamentos nucleares que crescia em conjunto aos aumentos das hostilidades indiretas vividas no globo.

República Italiana

A **República Italiana** se encontra dentro do debate defendendo um território internacional e de cooperação mutualística acerca do investimento em pesquisas, tendo seu programa científico solidamente alinhado ao restante do bloco europeu e também aos Estados Unidos e Nova Zelândia. Economicamente, no entanto, a Itália tem grande interesse acerca da regulamentação turismo na região, posto que muitos de seus habitantes visitam as bases de pesquisa do país; interesse esse compartilhado por outras nações, como Uruguai, Equador, URSS e Ucrânia (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). A República se encontra, desde 1955, sob a liderança do presidente Giovanni Gronchi.

República do Chile

O **República do Chile** assume uma posição similar à Argentina dentro do debate, utilizando-se dos mesmos argumentos da continuidade e contiguidade para justificar sua



soberania no território gelado, o que, devido aos interesses espelhados, inevitavelmente gerou um certo “estranhamento diplomático” entre os dois países, levando os chilenos a se alinharem mais familiarmente com o Brasil (Hernandez, 2018). De qualquer forma, a República do Chile, sob o governo de Jorge Alessandri, é uma assídua apoiadora da expansão das pesquisas científicas na Antártida por meio de uma cooperação forte entre as nações latino-americanas; embora não descarte a relevância econômica e estratégica chilena para o âmbito internacional devido à sua proximidade geográfica com a Península Antártica.

República Popular da China

A **República Popular da China** e a Índia, evidentemente, podem ser categorizadas como maiores representantes políticas dos interesses asiáticos no território da Antártica, embora, até o dado momento, os chineses não tenha realizado nenhuma excursão oficial pela região devido à falta de orçamento governamental e pelo impedimento de países como os Estados Unidos, que tentavam ao máximo evitar a presença das ditas “nações comunistas” no Polo Sul (Aguiar; Mattos, 2018). Assim, as ambições do país giram em torno de três esferas: a científica, com investimentos em pesquisas e estudos na região; a econômica, por meio do controle e exploração do Mar Sul tendo em vista a extração de recursos (intento similar de nações como Ucrânia e URSS); e, por fim, o ideológico, ao reforçar sua presença no território a fim de desafiar a dominância Euro-Americana na Península (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). O país é comandado pelo presidente recém-eleito Liu Shaoqi.

República Popular Democrática da Coreia

A **Coreia do Norte**, embora um país isolado politicamente dos outros debatentes, apresenta um calculado interesse na região da Antártida, especialmente como maneira de competição política com seu histórico contraparte, a Coreia do Sul (Caflisch, 1991). Sob mandato do líder supremo Kim Il-Sung, os norte-coreanos adentram o debate como maneira de quebrar seu distanciamento político dos debates internacionais.

União da África do Sul

A **União da África do Sul**, no ano do presente debate, perpassa um período politicamente conturbado, vetorizado pelo *apartheid*, implantado em 1948. Apesar de não reclamar soberania por territórios específicos dentro da Península, a África do Sul reconhece sua importância como ponto médio entre os oceanos Atlântico e Índico, bem como sua proximidade com o próprio continente gelado; o país é rota aérea para o acesso de turistas civis, trabalhadores e pesquisadores que visitam a *Queen Maud Land*, território de soberania



Norueguesa na Antártida (Dodds; Hemmings; Roberts, 2017). O representante político da nação é o governador-geral britânico Charles Robert Swart, o que, invariavelmente, aproxima a política externa sul-africana com a do Reino Unido.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Na década 50 a URSS opta por se posicionar na questão antártica, perante a tentativa de partilha do território pelos países territorialistas, a potência oriental deixa claro seu direito de participar de qualquer entendimento sobre o continente de gelo; afirmando que sem sua participação não seria possível reconhecer a legalidade de qualquer decisão relativa ao regime da Antártica. É importante ressaltar que a URSS afirmava que parte de sua motivação para esse posicionamento tinha relação com a ideia de conter pretensões imperialistas ocidentais na região. Contudo, os países do Ocidente afirmavam não querer a presença soviética por uma percepção de “perigo” que se interligava ao medo que fossem instaladas bases militares na região (Ferreira,2009). Ademais, mesmo que por motivações diversas, a Índia é um dos países que apoiam a URSS, visto que ambas são defensoras da internacionalização do continente e são países orientais em um período de extrema polarização política entre as regiões. A **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**, no ano do presente debate, 1959, possui como representante o senhor Nikita Khrushchev, considerava, em termos de relações exteriores, que a convivência pacífica com o mundo não-comunista era possível.

5. QUESTÕES PARA AUXILIAR NA ESCRITA DO POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES

a) Perguntas Gerais:

- 1) Como o tema debatido impacta o seu país?
- 2) Quais ações seu país implementou no cenário doméstico e no plano exterior para lidar com essa problemática?
- 3) O seu país já se alinhou com outros em relação a esse tópico especificamente? Quais são as ideias que guiam a maneira que seu país lida com o assunto?
- 4) Quais possíveis soluções você defenderá durante a simulação?



b) Perguntas específicas:

- 1) A cooperação internacional no “deserto gelado” é vista como essencial para seu país? Quais os limites dessa cooperação?
- 2) A divisão do continente é vital para esse debate, como seu país acredita que ela deverá ser organizada? Deverá ser vista como um patrimônio mundial ou somente alguns irão possuir sua soberania?
- 3) A liberdade para a pesquisa científica na região é uma prioridade para seu país? O desenvolvimento científico é um dos motivos centrais para o interesse na Antártica?
- 4) A Antártida deve ser utilizada apenas para fins pacíficos ou a região poderá ser militarizada? Testes nucleares devem ser permitidos na localidade?
- 5) A importância ambiental da Antártica é inegável, perante seus recursos naturais abundantes e grande influência no ecossistema global. Como sua nação vê a pauta ambiental? Qual a relevância desse tópico na política doméstica do seu país?
- 6) Será possível a realização de um Tratado que solucione essa pauta ou negociações periódicas deverão ser estipuladas?



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mônica Heinzemann Portella de; MATTOS, Leonardo Faria de. **A Importância Estratégica da Antártica para China e Índia a Luz do Realismo Ofensivo de Mearsheimer**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.7, n.13, Jan./Jun. 2018, p.214-234. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327580310_A_importancia_estrategica_da_Antartica_para_China_e_india_a_luz_do_realismo_ofensivo_de_mearsheimer Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

BARNABY, Frank. **Antarctica: The First of Five Nuclear Weapon Free Zones**. Ambio, vol. 18, no. 1, 1989, pp. 90–91. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4313531>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

BECK, Peter J. **Through Arctic Eyes: Canada and Antarctica, 1945-62**. Arctic 48, no. 2 (1995): 136–46. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40511637> Acesso em: 07 de dezembro de 2023.

BELGIC, Ali. **Turkey's Antártica Quest**. The RUSI Journal, 166:6-7, 64-72. DOI: 10.1080/03071847.2022.2028576 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03071847.2022.2028576> Acesso: 20 de dezembro de 2023.

BRADY, Anne-Marie. **New Zealand's strategic interestatal in Antarctica**. Polar Record, 47, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/139EB0FC4E97E6A68D010BB2BFC705B2/S0032247410000148a.pdf/new_zealands_strategic_interests_in_antarctica.pdf?casa_token=S1-MSrD2p4EAAAAA:6jDvHAQL3NrtsZPFzOI8l-x9RNWuPFZqZt9flVcCGfhVSsKLTY1BK-a01JOFsYuO6pTgmOxUHIA Acesso em: 26 de novembro de 2023.

CAFLISCH, Lucius. **The Interaction of Science and Politics in the Field of International Relations: The Case of Antarctica**. Polar Record 28, no. 165 (1992): 159–62. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0032247400013486>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.



CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; PEREIRA, Paula Moraes. **Ciência na Antártica: um estudo comparado entre Brasil e Argentina**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/19.pdf> Acesso: 20 de dezembro de 2023

COLSON, David A. **The United States Position on Antarctica**. Cornell International Law Journal: Vol. 19: Iss. 2, Article 8. Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/cilj/vol19/iss2/8> Acesso em: 06 de novembro de 2023.

DA FROTA, Hidemberg Alves. **A Conjuntura Internacional e Polar Antecedente ao Sistema do Tratado da Antártida**. DIVERSITÀ: Revista Multidisciplinar; v.9 n.1 (2023). Disponível em: <<https://revista.unifcv.edu.br/index.php/revistapos/issue/view/40/36>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DAVIS, Ruth A. **The durability of the 'Antarctic Model' and Southern Ocean governance**. In T. Stephens & D. VanderZwaag (Eds.), Polar Oceans Governance in an Era of Environmental Change (pp. 287-307). United Kingdom, 2014. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/lhapapers/1253/> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

DE NÁPOLI, Carlos. **Nazis en el sur**. La expansión alemana sobre el Cono Sur y la Antártida. Buenos Aires: Norma, 2005.

Decreto Legislativo nº 56, de 29 de junho de 1975, o texto do **Tratado da Antártida**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm#:~:text=A%20Ant%C3%A1rtida%20ser%C3%A1%20utilizada%20somente.com%20quaisquer%20tipos%20de%20armas Acesso em: 06 de novembro de 2023.

DYNAMIC, B. M. (2020). **ANTARCTIC AMBITIONS: COLD POWER**. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv12sdxmk.14>. Accessed 19 Oct. 2023.



FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira.** Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/609-Sistema_do_tratado_da_Antartica_O.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2023.

H. R. M. **The Gauss Antarctic Reports: Review** [Review of *Deutsche Südpolar-Expedition, 1901-1903*, by E. von Drygalski]. *The Geographical Journal*, 79(6), 506–508. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1785248> Acesso: 07 de novembro de 2023

HERNÁNDEZ, Gabriele Marina Molina. **A COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CHILE NA ANTÁRTICA: UMA SIMBIOSE CONTINENTAL.** Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535673726_ARQUIVO_HERNANDEZ,Gabriele.AcooperacaoentreBrasileChilenaAntarticaumasimbiosecontinental.pdf Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

HODGSON-JOHNSTON, Indi. **Australian politics and Antarctic sovereignty: themes, protagonists and antagonists.** *Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs*. DOI: 10.1080/18366503.2015.1101811 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/18366503.2015.1101811> Acesso em: 07 de novembro de 2023.

REIS, Lohanna. **A geopolítica da Antártica e o Potencial para um Futuro Conflito Armado no Continente.** Atlas Report, 2022. Disponível em: <https://atlasreport.com.br/a-geopolitica-da-antartica-e-o-potencial-para-um-futuro-conflito-armado-no-continente/> Acesso em: 26 de novembro de 2023.

ROGNHAUG, Magnus Hovind. **NORWAY IN THE ANTARCTIC.** Ministério Norueguês de Relações Exteriores. Publicado em: agosto de 2014. Disponível em: <https://brage.npolar.no/npolar-xmlui/bitstream/handle/11250/218639/NorwayAntarctic.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

SANTOS, Carolina Abreu dos. **O princípio territorial e a organização internacional da Antártida.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) -



Centro Universitário de Brasília, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9722/1/20565366.pdf>

Secretariat of the Antarctic Treaty. Disponível em:
<https://www.ats.aq/e/secretariat.html#:~:text=The%20Secretariat%20of%20the%20Antarctic%20Treaty%20is%20located%20in%20downtown,the%20Secretariat%27s%20operations%20in%20Argentina> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

SILVA, Lucas Henrique de Oliveira (Org.). **A possibilidade de cooperação sobre a Antártida.** Qual é a sua voz? MiniOnu, PUC Minas, 21ª ed., 2020. Disponível em:
<https://www.pucminas.br/minionu/Documents/cw-1959-guia-de-estudos.pdf> Acesso: 7 de novembro de 2023.

SIMÕES, Stefany Lucchesi. **A questão territorial Antártica: uma análise das teorias de ocupação.** Revista da Unesp, v. 14, nº 1, 2014. ISSN: 1415-8612. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/6344> Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

SÖRLIN, Sverker et al. **Science, Geopolitics and culture in the polar region.** ISBN 9781472409706. Disponível em: [Sorlin_Layout_Proof.pdf](#)

VAN AUTENBOER, T. **Where wise men dare not tread: Belgium in Antarctica (1957 - 1970).** Studiecentrum LIMburg vzw voor Milieu, Geologie en Veiligheid: Diepenbeek. 30 pp. Disponível em: <https://www.vliz.be/en/imis?refid=101130> Acesso: 20 de dezembro de 2023.

VIEIRA, Frederico Brum. **O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista.** Cadernos PROLAM/USP; ano 5 - vol. 2 - 2006, p. 49 - 82. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/teses_geografia2008/artigofriederickbrumvieirausp.pdf Acesso em: 09 de novembro de 2023

VON DRYGALSKI, Eric. **The Southern Ice-Continent: The German South Polar Expedition aboard the Gauss 1901–1903.** Translated by M. M. Raraty. Bluntisham Books



& Erskine Press, Harleston, UK (1989). ISBN 18 5297 0316. *Antarctic Science*, 4(2), 249-249. DOI :10.1017/S0954102092210385. Acceso em: 26 de novembro de 2023.

WALKER, L. V. F. **Evolución del sistema del Tratado Antártico: desde su génesis geoestratégica a sus preocupaciones ambientalistas.** *Revista de derecho y ciencias penales: Ciencias Sociales y Políticas*, n. 18, p. 131–151, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4450090.pdf> Acceso: 26 de novembro de 2023.